

REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA: UMA EXPERIÊNCIA EM MATO GROSSO DO SUL

MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA MORENO

AGEPEN/MS

BEATRIZ ROSÁLIA GOMES XAVIER FLANDOLI

UFMS

MIGUEL BARTHIMAN DOS SANTOS

AGEPEN/MS

Resumo

O projeto de extensão *Remição pela leitura: educação para a liberdade* (parceria entre Observatório da Violência e Sistema Prisional, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura, Psicologia, Educação e Trabalho, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário) está voltado a indivíduos em privação de liberdade em Corumbá e Campo Grande, MS, que são incentivados a ler uma obra literária. Sucodem-se encontros quinzenais. No primeiro há roda de leitura (interpretar obra, identificar tema, refletir sobre narrativa). No segundo redigem resenha assistida e escolhem nova obra. Cada resenha aprovada, avaliada quanto a conteúdo (incluindo esforço reflexivo), estética (legibilidade, rasuras aceitáveis) e fidedignidade (ausência de plágio), permite remir quatro dias de pena, limitados a 12 obras por ano.

PALAVRAS-CHAVE: Produção de resenhas. Remição pela leitura. Indivíduos em privação de liberdade. Projeto de extensão.

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência focaliza as atividades realizadas pelo projeto de extensão *Remição pela leitura: educação para a liberdade*, desenvolvido em parceria entre a Agência Penitenciária do Estado de Mato Grosso do Sul (Agepen-MS) e o Observatório de Violência e Sistema Prisional, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura, Psicologia, Educação e Trabalho (CPET), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS-CPan).

O Observatório da Violência e Sistema Prisional é formado por professores universitários e pesquisadores em nível de mestrado e doutorado em diferentes áreas de conhecimento e conta com a importante participação de alguns servidores da segurança pública sul-mato-grossense.

O Observatório vem se reunindo desde 2014 em torno de pautas concernentes a políticas públicas, sociais e históricas, especialmente as voltadas ao combate à violência e à organização do sistema penitenciário. Mais especificamente, busca-se nas reuniões estudar o crescimento do encarceramento no mundo e no Brasil, que tem hoje a terceira maior população mundial de

encarcerados. O Observatório mantém-se particularmente atento a acordos nacionais e internacionais que vêm sendo anunciados como diretrizes para o processo de instituir políticas públicas que focalizem os direitos dos encarcerados, entre eles a alfabetização e a efetivação da educação continuada para jovens e adultos privados de liberdade.

Empreendem-se também leituras, visando elucidar, essencialmente, “os porquês do aprisionamento excessivo, da punição institucionalizada e a simbiose existente entre o encarceramento e as relações de poder, por meio de leituras sistemáticas” (JOSÉ; TORRES; FLANDOLI, 2017, p. 19). Entre essas fontes de informação, figuram obras de Foucault (1997), Wacquant (2001) e Goffman (1987).

O projeto está implementado em três unidades penais de regime fechado sul-mato-grossenses: o Instituto Penal de Campo Grande (IPCG), o Estabelecimento Penal de Corumbá (EPC) e o Estabelecimento Penal Feminino (EPF) Carlos Alberto Jonas Giordano, também em Corumbá.

Nesta seção introdutória, descreveremos o projeto de extensão e os dispositivos legais que o embasam. Na segunda seção, apresentaremos o caminho percorrido, as etapas, os atores, as instituições envolvidas e as unidades penais atendidas, delimitando o campo, sujeitos e período do projeto e os procedimentos adotados nas oficinas de leitura, mapeando as atividades do projeto e resultados parciais. A seção final traça considerações acerca das ações empreendidas.

O encarceramento brasileiro, a educação oferecida em espaços de privação de liberdade e a garantia de direitos humanos foram algumas das inquietações que nos motivaram a fazer algo que não se ativesse ao campo dos estudos bibliográficos e reflexões acadêmicas. Surgiu assim o projeto de extensão universitária *Remição pela leitura: educando para a liberdade*, que consiste em uma atividade de ensino não formal voltada a pessoas privadas de liberdade que cumprem pena em regime fechado em Mato Grosso do Sul. A atividade se vale, como estímulo à participação, da possibilidade de obter dias de remição da pena em cumprimento.

O projeto foi inicialmente implementado nas duas unidades de Corumbá em outubro de 2017. Nos dois meses seguintes, procedeu-se a levantamento dos livros disponíveis nesses estabelecimentos e buscaram-se obter doações de títulos de literatura. Em seguida, organizaram-se nas bibliotecas os livros de literatura, distinguindo-os de volumes técnicos, religiosos, didáticos e de autoajuda. Finalizada essa organização, convidaram-se os interessados para que iniciassem leituras, visando a aquisição e aprimoramento do hábito de ler. Em janeiro de 2018, foram acrescentadas atividades de redação de resenhas das obras lidas.

Destaque-se que em Corumbá, quando do início das atividades do projeto, a remição já estava normatizada pela portaria 2/2013. Em Campo Grande, a primeira portaria de remição pela leitura só seria publicada em 2018. Acatando a recomendação 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), haviam-se instituído duas portarias de remição pela leitura: Em Corumbá, a portaria 2/2013, da 1.^a Vara Criminal; em Campo Grande, a portaria 1/2018, da 1.^a Vara de Execução Penal (VEP) – ambas atualizadas pela portaria conjunta 001/2019 das VEPs assinada por Alexandre Antunes da Silva (juiz de direito da Auditoria Militar), Albino Coimbra Neto (juiz de direito da 2.^a VEP), Mario José Esbalqueiro Junior (juiz de direito da 1.^a VEP), Luiz Felipe Medeiros Vieira (juiz de direito da Vara de Execução do Interior) e Eguiliell Ricardo da Silva (juiz de direito da 3.^a Vara Criminal de Dourados).

A recomendação 44/2013 do CNJ, em seu art. 1.^o, propõe aos tribunais que:

I – para fins de remição pelo estudo (Lei n.º 12.433/2011), sejam valoradas e consideradas as atividades de caráter complementar, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras, conquanto integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local e sejam oferecidas por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o poder público para esse fim. (BRASIL, 2013, p. 2)

E, no inciso V, recomenda:

V – estimular, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a remição pela leitura, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei n. 7.210/84 (LEP – arts. 17, 28, 31, 36 e 41, incisos II, VI e VII), observando-se os seguintes aspectos:

- a) necessidade de constituição, por parte da autoridade penitenciária estadual ou federal, de projeto específico visando à remição pela leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva;
- b) assegurar que a participação do preso se dê de forma voluntária, disponibilizando-se ao participante 1 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com o acervo disponível na unidade, adquiridas pelo Poder Judiciário, pelo DEPEN [Departamento Penitenciário Nacional], Secretarias Estaduais/Superintendências de Administração Penitenciária dos Estados ou outros órgãos de execução penal e doadas aos respectivos estabelecimentos prisionais;
- c) assegurar, o quanto possível, a participação no projeto de presos nacionais e estrangeiros submetidos à prisão cautelar;
- d) para que haja a efetivação dos projetos, garantir que nos acervos das bibliotecas existam, no mínimo, 20 (vinte) exemplares de cada obra a ser

trabalhada no desenvolvimento de atividades;

e) procurar estabelecer, como critério objetivo, que o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para a leitura da obra, apresentando ao final do período resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional;

f) assegurar que a comissão organizadora do projeto analise, em prazo razoável, os trabalhos produzidos, observando aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado da avaliação deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz de Execução Penal competente, a fim de que este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena para os que alcançarem os objetivos propostos;

g) cientificar, sempre que necessário, os integrantes da comissão referida na alínea anterior, nos termos do art. 130 da Lei n. 7.210/84, acerca da possibilidade de constituir crime a conduta de atestar falsamente pedido de remição de pena;

h) a remição deverá ser aferida e declarada pelo juízo da execução penal competente, ouvidos o Ministério Público e a defesa;

i) fazer com que o diretor do estabelecimento penal, estadual ou federal, encaminhe mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os presos participantes do projeto, com informações sobre o item de leitura de cada um deles, conforme indicado acima;

j) fornecer ao apenado a relação dos dias remidos por meio da leitura. (BRASIL, 2013)

Mato Grosso do Sul é no Brasil um dos estados com maior população carcerária e um dos mais altos índices de superlotação, de 5,58 custodiados por vaga. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), havia em 2017 mais de 18 mil indivíduos em privação de liberdade, 7%, dos quais com ensino médio completo e 49% com ensino fundamental incompleto, o que evidencia a baixa escolaridade da população prisional. Em setembro de 2019, havia 19.285 presos (AGEPEN-MS, 2019).

Mato Grosso do Sul, por ser fronteiro à Bolívia e ao Paraguai, tornou-se rota do tráfico de drogas. Em setembro de 2019, 8.063 indivíduos (42% da população encarcerada do estado) estavam presos por narcotráfico (AGEPEN-MS, 2019). Da população sul-mato-grossense, estimada em 2.748.023 habitantes, 885.711 vivem em Campo Grande, capital e maior cidade do estado, e 110.806 em Corumbá, a quarta maior cidade do estado (IBGE, 2018).

As três unidades atendidas pelo projeto operam em regime fechado e são de segurança média. Em Campo Grande, o IPCG, cuja capacidade é de 327 indivíduos, abrigava 1.571 em 30 de setembro de 2019, o que corresponde a 4,8 presos por vaga (AGEPEN-MS, 2019). Em Corumbá, o EPC, com capacidade para 358 custodiados, abrigava 661 indivíduos (1,85 preso por vaga), ao passo que o EPF, com capacidade para 114 encarceradas, contava com 106 (0,93 por vaga).

A capital também dispõe da Penitenciária Federal de Campo Grande, administrada pela Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, do Departamento Penitenciário Nacional. No âmbito estadual, a Agepen-MS, responsável pela custódia e oferta de tratamento penal, administra 44 estabelecimentos penais, em Amambai, Aquidauana, Bataguassu, Caarapó, Campo Grande, Cassilândia, Corumbá, Coxim, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Ivinhema, Jardim, Jateí, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brillante, São Gabriel do Oeste e Três Lagoas, abrangendo três regimes: fechado, semiaberto e aberto. Além das unidades prisionais, há algumas Unidades Assistenciais dos Patronatos Penitenciários.

O CAMINHO PERCORRIDO

Procedeu-se inicialmente a um levantamento de informações sobre os possíveis locais a serem contemplados com o projeto de extensão (conjuntura local, dados sobre os estabelecimentos penais, diálogo com atores locais e com o poder público, programação das intervenções) e de outros dados sobre o sistema penitenciário estadual. A escolha dos estabelecimentos pautou-se primeiramente nas localidades em que haveria possibilidade de atuação pelos membros do CPET e na inexistência de projeto semelhante, com oferta de educação não formal visando remição de pena. Como já informado, na época o Poder Judiciário já promulgara em Corumbá a portaria 2/2013, da 1.^a Vara Criminal, e estava em vias de tornar efetiva em Campo Grande a portaria 1/2018, da 1.^a VEP.

Em reuniões do CPET com o diretor da Agepen-MS, discutiram-se a metodologia a ser posta em prática na implementação do projeto e o número de obras a ser disponibilizado aos participantes. O documento de aceite emitido pelo diretor foi então submetido ao Sistema de Gestão de Projetos da UFMS e aprovado.

Precedendo o início das oficinas de leitura nas unidades penais, transcorreram os seguintes procedimentos:

- 1. Reuniões semanais do CPET para planejamento e execução do projeto.

- 2. Visita aos estabelecimentos prisionais para diálogos com os seguintes atores: a autoridade responsável pela unidade; pessoas privadas de liberdade, para informá-las sobre o projeto e sobre a previsão de início das atividades, bem como para verificar seu interesse em participar; servidores do estabelecimento. Esta etapa incluiu também visitas às instalações, doações de obras literárias e, no caso de Campo Grande, registros fotográficos da unidade, graças à participação de dois servidores.
- 3. Reunião com o Poder Judiciário para solicitar revisão das portarias 2/2013 de Corumbá e 1/2018 de Campo Grande, de maneira a permitir a participação, não prevista nesses documentos, de sujeitos que, embora sem ensino fundamental completo, tivessem interesse em ler e capacidade interpretar textos. Tal demanda adveio de solicitação de um grupo de reeducandas do EPC que não haviam completado o ensino fundamental, mas se declararam amantes da leitura. Esse grupo de mulheres prosseguiu cobrando a revisão das portarias ao longo dos meses que se seguiram, até essa atualização ser publicada.

LOCAIS E PARTICIPANTES

As atividades contemplam pessoas que cumprem pena em regime fechado. Em Corumbá, as atividades se iniciaram em outubro de 2017 com um levantamento das obras literárias existentes nas duas unidades e o planejamento conjunto entre o CPET e os responsáveis pelo setor educacional de cada estabelecimento. As oficinas de leitura e produção de resenhas só tiveram início em janeiro de 2018. Em Campo Grande, começaram em junho.

Os encontros são mediados por membros do Observatório da Violência e Sistema Prisional, vinculado ao CPET, e por alunos e profissionais das áreas de psicologia, assistência social, pedagogia, ciências sociais e história, abrangendo graduandos, mestrandos, mestres, doutorandos e doutores.

As oficinas são ministradas nas instalações indicadas pela instituição penal. Em Corumbá, ocorrem nas bibliotecas – espaços exíguos, que comportam apenas 12 participantes sentados em condições de escrever, o que obriga, em ambas as unidades, à divisão em duas turmas, uma vez que em cada encontro é necessária a participação de três ou quatro membros do CPET. Em Campo Grande as oficinas ocorrem na sala multiuso, que acomoda cerca de 50 pessoas sentadas.

Em Corumbá, no decorrer dos encontros de 2018, participaram 22 custodiadas com idades de 19 a 44 anos, cinco das quais desistiram e cinco receberam liberdade. No EPC, participaram 16 homens.

Em Campo Grande, o projeto foi implantando em abril de 2018, tendo as atividades se iniciado em junho e paralisado em outubro, com 35 par-

participantes de 21 a 52 anos de idade. Cada participante teve oportunidade de ler quatro obras e resenhá-las. No final de 2018, o projeto no IPCG contava com 22 participantes, em razão de transferências de unidade penal, desistências e outros motivos. Em 2019, à época de redação deste relato, havia em média 25 participantes a cada mês no IPCG.

Quadro 1. Adesão às oficinas de leitura do projeto *Remissão pela leitura: educação para a liberdade* e resultados obtidos no Instituto Penal de Campo Grande em 2018.

Oficinas de 2018	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Total
Inscritos	34	28	28	30	32	0	118
Resenhas aprovadas	9	6	8	15	11	0	40
Resenhas reprovadas	16	12	9	6	6	0	33
Desistentes	9	10	11	9	15	0	45
Remanescentes efetivos	25	18	17	21	17	0	73

Fonte: Observatório da Violência e Sistema Prisional.

No IPCG, os 35 participantes tiveram 40 resenhas aprovadas de junho a novembro de 2018. Em 2018, ano em que as oficinas foram ministradas de junho a novembro, houve 118 participantes, que produziram 40 resenhas aprovadas (Quadro 1).

Em Corumbá, em 2018, houve 16 participantes no EPC, com 96 resenhas aprovadas ao longo do ano. No EPF, houve 22, que produziram 54 resenhas aprovadas. No ano seguinte, de 18 participantes no EPC resultaram 51 resenhas aprovadas até setembro (dados disponíveis à época de redação deste artigo), ao passo que no EPF as 12 participantes redigiram 28 resenhas aprovadas.

Cabe às unidades em que o projeto se desenvolve inscrever os participantes e organizar a lista de presença, bem como designar espaço para as oficinas, controlar o trânsito e acesso dos participantes, providenciar lanches, disponibilizar as obras literárias e comunicar aos ministrantes os motivos de ausência dos participantes, seja por soltura, transferência de estabelecimento penal ou desistência voluntária de participar.

No primeiro encontro de cada ano, bem como no de cada novo participante, explica-se o funcionamento do projeto. A obra a ser lida é individualmente selecionada de uma lista previamente definida. Sucedem-se encontros quinzenais. No primeiro faz-se uma roda de leitura, que permite interpretar a obra, identificar temas, caracterizar personagens e refletir sobre a narrativa. No segundo os participantes redigem resenhas, tarefa na qual são assistidos pelos ministrantes, e escolhem nova obra. A ocasião também permite proporcionar orientações sobre a língua portuguesa escrita, sempre utilizando textos cuja leitura e interpretação sejam instigantes, de forma a envolver os participantes.

Cabem à coordenação do projeto e a executores voluntários o registro de frequência dos participantes, a elaboração de material didático, a programação e ministração das oficinas e a viabilização de material didático (canetas, marcadores de páginas, material impresso com orientações sobre elaboração de resenhas, papel A4 com identificação do projeto para anotações e redação das resenhas e ficha de correção das resenhas) e de crachás de identificação. No IPCG também se dispõe de monitor, microfone, caixa de som e câmera fotográfica, boa parte doados ou emprestados por membros do Observatório.

As dúvidas, tanto relacionadas à metodologia das oficinas quanto aos critérios de avaliação das resenhas, e quaisquer outras perguntas são respondidas no decorrer dos encontros. Destaque-se que o projeto foi recebido com entusiasmo pelos participantes nas três unidades. Quanto às leituras e resenhas, buscou-se esclarecer desde o início a importância da participação contínua para alcançarem os objetivos expressos na portaria 1/2018, quanto à remição pela leitura.

Uma sondagem inicial, na forma de aplicação de questionário presencial com perguntas objetivas revelou dificuldades de escrita e interpretação entre a maioria dos participantes, em decorrência da baixa escolaridade. No prosseguimento das oficinas, porém, alguns se mostraram leitores assíduos de livros da biblioteca da instituição, apresentando, ademais, discurso coeso e articulado.

Embora os encontros sejam quinzenais, permite-se que o participante conclua a leitura da obra em até 30 dias. Os critérios de avaliação das resenhas, estabelecidos pelo grupo de estudos com base em seu entendimento sobre as portarias que estabelecem a remição pela leitura, abrangem estética, conteúdo e fidedignidade.

Quanto à estética, observa-se se a escrita está organizada em parágrafos, se não contém excesso de rasuras e se respeita as margens. (O papel fornecido é pautado e tem margens.)

Quanto ao conteúdo, observa-se se a resenha inclui os seguintes elementos: apresentação da obra e resumo, o qual deve incluir descrição da trama e pelo menos menção aos personagens principais. O leitor deve expressar sua opinião sobre a obra, informar se e por que gostou ou não de lê-la, mencionar aspectos que lhe chamaram atenção, informar se aprendeu algo e expressar críticas caso as tenha, revelando, enfim, se o livro acrescentou algo a seu conhecimento.

Quanto à fidedignidade, analisa-se se a autoria da resenha é própria (e não plágio) e se é coerente com a obra lida.

As resenhas aprovadas são encaminhadas à Comissão de Educação da instituição, que as envia ao juiz de execução penal para que conceda a

remição. Cada obra resenhada possibilita remir quatro dias de pena, limitados a 12 obras por ano.

Cada oficina dura em média duas horas. As estratégias nelas adotadas aproximaram leitores e ministrantes, gerando oportunidades de reflexão conjunta sobre a vida, a sociedade, os medos, os desejos e os anseios da humanidade presente em cada um. Há nesse percurso momentos permeados de emoção, quando se compartilham sentimentos comuns a todos (tais como a análise do passado, instigada pela letra da canção *Epitáfio*, dos Titãs) e planos para o futuro.

Costuma-se estimular o compartilhamento de experiências, especialmente dos que estão há mais tempo no projeto, sobre o que aprenderam ou descobriram sobre aspectos da vida ou de si mesmos que até então não haviam acessado. Há relatos do quanto progrediram na escrita, na ampliação do vocabulário (pois são orientados a usar o dicionário), na oralidade e na superação da timidez. Muitos reconhecem que vieram atraídos apenas pela possibilidade de remição, mas se surpreenderam neste encontro com a literatura, que propicia, segundo alguns relatam, sensação de liberdade, apesar da vivência de encarceramento. A imaginação descobre asas para voar.

Um dos participantes pediu uma das imagens que estavam no varal de fotos para mostrar a seus filhos quando estes viessem visitá-lo, como recordação de que estava fazendo algo de bom ali.

Em Corumbá, uma participante que se despediu do grupo de estudos ao saber que seria liberada em poucas semanas agradeceu por lhe ter sido proporcionado esse encontro com a literatura. Afirmou enfaticamente que a literatura mudou sua vida, e garantiu: “Vocês podem ter certeza que eu não volto mais aqui”.

Um egresso do projeto que está cursando o curso de matemática na UFMS-CPan refletiu em um encontro com os membros do grupo no *campus*: “Eu sei que vocês fazem esse trabalho porque querem, e quero que vocês saibam que o trabalho de vocês ressocia, sim. Eu sou um exemplo disso”. E relatou, feliz, que um dos trabalhos do curso consistiu em resenhar *Dom Casmurro*, que ele lera e resenhara ao participar do projeto. Disse que recebeu a única nota 10 da nova turma.

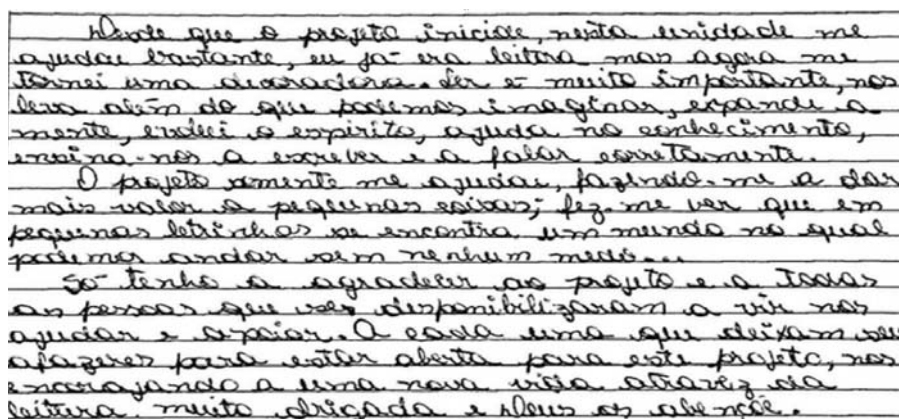
Entre as mulheres, observam-se menor escolaridade e maior dificuldade na produção escrita. Têm maior dificuldade para interpretar textos. Entretanto, suas reflexões surpreendem, como quando uma delas disse: “Comecei a ler com tanta dificuldade... Foi tão difícil começar a ler, começar a entender o que vocês queriam. Nunca imaginei que um dia ia ler um livro. Agora sei o que é importante no livro, sei o que preciso entender, escrever. E vocês sabem que depois que comecei a ler eu falo melhor? Antes ia-não-ia falar com vocês assim, não”.

A alegria por estar lendo livros, por listar os títulos lidos, está tipicamente presente, principalmente entre as que nunca tiveram o hábito de ler. Não são poucas as que nunca haviam lido um livro na vida.

Das três unidades, o EPF tem o menor número de mulheres que participam do projeto, provavelmente porque o horário das oficinas coincide com o das aulas da escola e o de atividades como o curso de horta e o de xadrez, todos os quais também permitem obter remição.

Os participantes do IPCG também revelam grande apreço pela palestra que lhes foi proferida pelo Prof. Dr. Roberto da Silva, no âmbito do projeto, em maio de 2019. Silva é professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação de Liberdade (GEPÊPrivação), é considerado referência nos estudos sobre educação em instituições prisionais. Na palestra, relatou sua experiência de vida institucionalizada desde os dois anos, quando foi tirado da mãe pelo estado e entregue a uma instituição de menores, a Fundação Casa, onde permaneceu por 16 anos. Ao sair de lá, aos 18, comendo o que furtava em feiras e a vestindo o que furtava em quintais, passou a cumprir pena na extinta Casa de Detenção do Carandiru, de onde só conseguiu sair aos 30 anos de idade. Compartilhando sua experiência, apontou a importância de se aproveitar o tempo de encarceramento para estudo e reflexão, destacando que a saída da prisão passa a envolver luta diária pela sobrevivência, razão pela qual o tempo de reclusão deve ser aproveitado para desenvolvimento mental.

Figura 3. Carta de uma das participantes do projeto no Estabelecimento Penal Feminino Carlos Alberto Jonas Giordano, em Corumbá.



Neste que o projeto iniciou, nesta unidade me ajudou bastante, eu já não lia mas agora me tornei uma leitora e isso é muito importante, nos leva além do que podemos imaginar, expande a mente, evolui o espírito, ajuda no conhecimento, ensina-nos a escrever e a falar corretamente.

O projeto também me ajudou, fazendo-me ver que em pequenas leituras se encontra um mundo no qual podemos andar sem nenhum medo...

Só tenho a agradecer ao projeto e a todas as pessoas que nos disponibilizaram a vir nos ajudar e apoiar. A escola uma que deixou seu espaço para estar aberta para este projeto, nos encorajando a uma nova visão através da leitura, muito obrigada e Deus os abençoe.

Fonte: Projeto *Remição pela leitura: educação para a liberdade*.

Os relatos colhidos dos participantes não só desvelam o enriquecimento de suas vidas (Figura 3), como também fortalecem o empenho dos ministrantes. Participar é trabalhoso, podendo exigir das graduandas o esforço de convencer familiares para que aquiesçam com essa decisão. Uma gra-

duanda revelou, em reunião interna do grupo, que teve grande dificuldade em aderir e que na primeira vez que adentrou o EPC ficou muito impressionada com os corredores e grades, sentindo que não conseguiria persistir. Descreveu tais dificuldades à colega ao lado, que a encorajou a não desistir. De fato, a vivência ao longo das sucessivas oficinas a foi deixando mais confortável, dada a receptividade dos custodiados a suas colaborações. Ela pôde então expressar ao grupo o quanto sentiu-se crescer ao descobrir humanidade nas pessoas encarceradas, já que quando se pensa em presidiários, afirma ela, tende-se a não imaginar sua dimensão de humanidade, o que dificulta a pronta percepção da necessidade de garantia de direitos a esses sujeitos.

Na avaliação das resenhas, optou-se por não penalizar dificuldades em escrita cursiva ou ortografia. Aceita-se também certo grau de rasuras ou de divisão em parágrafos. Em Corumbá, porém, constatou-se uma divergência entre graduandos de psicologia e de letras: os primeiros defendem certa maleabilidade nas avaliações, de modo a estimular os custodiados participantes, para que não se frustrem e desistam, ao passo que os alunos de letras tendem a considerar que a produção escrita deve ser avaliada mais rigidamente para possibilitar o desenvolvimento da capacidade de redação.

Em 2018 as resenhas produzidas em Campo Grande foram avaliadas conjuntamente pelos membros do Observatório em reuniões presenciais nas noites de quinta-feira. No ano seguinte, tais reuniões passaram a ser virtuais. Em Corumbá são realizadas em salas de aula da UFMS.

No final de 2018, após as eleições, movimentações ocorridas em âmbito nacional, envolvendo ameaças de ações violentas no sistema prisional, resultaram em orientações da coordenação do projeto para que se paralisassem as atividades, tendo-se em conta a segurança dos membros do grupo de pesquisa. Decidiu-se então pela interrupção temporária do projeto em outubro em Campo Grande e no início de dezembro em Corumbá, para retornos em fevereiro de 2019.

Entre os empecilhos à viabilização do projeto está a dificuldade em conciliar agendas. A participação dos membros do CPET é voluntária e os graduandos enfrentam dificuldades de locomoção até os estabelecimentos penais.

Atender um número ainda tão restrito de participantes, tendo-se em vista a magnitude da população carcerária no país, é, porém, a limitação mais contundente, que entendemos só poder ser superada pela instauração de políticas públicas que assegurem a presença de ministrantes nas atividades de leitura voltadas à remição, de modo que um maior leque de profissionais e monitores viabilize o oferecimento de oficinas em diferentes dias e horários, para que se amplie a participação.

CONSIDERAÇÕES

As oficinas desenvolvidas ao longo do projeto de extensão *Remição pela leitura: educação para a liberdade* materializaram ideias e contribuições suscitadas em encontros anteriores do Observatório da Violência e Sistema Prisional (CPET/UFMS) realizados desde 2014 para estudo de teóricos que tratam da questão penitenciária. As práticas do projeto também advêm das discussões e do posicionamento sobre a urgência de colocar em ação o discurso sobre preservação do acesso e do direito à educação em estabelecimentos penais.

As oficinas de leitura vêm contribuindo para o avanço da qualidade da produção de resenhas, sob todos os critérios adotados: melhores índices de aprovação têm sido alcançados, tanto em termos de estética quando de fidedignidade e de ação reflexiva.

A implementação do projeto em estabelecimentos penais de regime fechado sul-mato-grossenses tem possibilitado ao grupo fortalecer a construção profissional dos graduandos que participam das oficinas, além de reforçar o sentimento da contribuição para o estabelecimento de conexões sociais entre a academia e a população encarcerada. As atividades também colaboram para suprir parte da carência de educação em ambiente prisional, já que a disponibilidade de educação formal no regime carcerário fechado não alcança a grande maioria dos custodiados.

Os objetivos têm sido alcançados: leitura de obras, elaboração de resenhas e produção de material avaliativo encaminhado para fins de remição de pena pela leitura de obras literárias, além do desenvolvimento das habilidades de ler, interpretar, redigir e expressar-se oralmente, relatadas pelos participantes. Há também relatos de desenvolvimento na forma de ver o mundo, como expressou a participante que após seu encontro com a literatura afirmou: “Não volto mais aqui”.

As orientações transmitidas aos privados de liberdade ultrapassaram o campo da leitura, interpretação e redação voltada à remição de pena. As rodas de conversa, o uso de recursos audiovisuais e as explicações dialogadas têm proporcionado maior interação entre os participantes, podendo-se observar emoções sendo acessadas e reflexões aprofundadas, tanto no discurso falado quanto no escrito. Os temas abordados e evocados ampliam o alcance do pensamento para além dos muros. O apelo coletivo dos participantes pela continuidade do projeto foi uníssono, mesmo por aqueles que em algum momento não tiveram suas resenhas aprovadas. Uma participante sumariza que a vivência a ajudou “não só no sentido de descontar dias da sentença, mas também em criar gosto pela literatura”.

Os membros do Observatório da Violência e do Sistema Prisional têm ciência de que sua colaboração para se alcançarem mudanças no ambiente carcerário faz parte de um complexo caminho, em que promover o acesso à educação constitui uma colaboração para humanizar, mesmo que a escala de atuação seja ainda bastante restrita: em unidades como o IPCG, que abrigam 1.500 custodiados, o projeto tem conseguido atender de 35 a 50 participantes. Em Corumbá, em duas unidades que somam mais de 600 custodiados, o projeto só atendeu cerca de 30 em 2018. Espera-se que este relato possa contribuir para que sejam criadas políticas públicas envolvendo agências penitenciárias estaduais e secretarias estaduais de educação para que essa experiência possa ser estendida ao maior número possível de pessoas privadas de liberdade.

AGRADECIMENTOS E COMPOSIÇÃO DE EQUIPES

Fizeram parte do quadro inicial em Campo Grande a Dra. Eli Narciso da Silva Torres, a Profa. Dra. Gesilane de Oliveira Maciel José, o Me. Osmar Torres, a Ma. Dirlene Pereira, a Ma. Alexandra Costa, a Dra. Mônica Pinto Leimgruber, o Me. Victor Hugo Xavier Flandoli, a Ma. Andréia Marsaro da Rosa, o Me. Léo Dimmy Char Cajú, o Me. Giovanni França Oliveira, o doutorando Clayton da Silva Barcelos, as mestrandas em educação Maria de Fátima de Souza Moreno, Micheline Medeiros dos Santos Sant'Anna e Yasmin Oliveira Cabral, a psicóloga Rosa Marília Batista de Moraes, as pedagogas Rose Botelho e Bruna Lima Pereira de Aguiar, a licenciada em história e graduanda em psicologia Jeane da Silva Barreto Rebouças e os licenciados em letras Miguel Barthiman dos Santos Royg e Cinthia Nogueira. Em Corumbá, o quadro incluiu os docentes da UFMS-CPan Profa. Dra. Beatriz Xavier Flandoli (curso de psicologia e mestrado em educação social) e o Prof. Dr. Wellington Ramos (curso de letras), além da graduada em letras Juliane Gamboa.

Da graduação em psicologia, em Corumbá participaram inicialmente Jamylle Alves, Gabrielle Moura, Cintia Dias Takayama, Jéssica Youssef e Beatriz Macedo Rodrigues. A partir de 2018, participam as graduandas em psicologia Ananda Arrua da Silva, Aline Horta de Oliveira, Carla Alexandra de Moraes, Daiane Vieira Melo da Silva, Daniela Moreira Lima, Jeane da Silva Barreto Rebouças, Ketheley de Figueiredo Teixeira, Nubia Paula Porto, Nubia Ragh Adiy, Rebeca Faro de Carvalho, Talissa de Souza Silva, Victoria Beatriz Macedo Rodrigues, Viviane Priscila Costa e Jéssica Rosa Antônio.

Os autores deste relato expressam sua gratidão a todos os indivíduos e entidades que direta ou indiretamente tenham prestigiado a materialização das atividades do projeto em Mato Grosso do Sul.

MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA MORENO

PEDAGOGA.

SERVIDORA DA AGEPEN/MS.

MEMBRO DO OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA E SISTEMA PRISIONAL (CPET/
UFMS).

E-MAIL: FATIMAMORENO2009@YAHOO.COM.BR.

BEATRIZ ROSÁLIA GOMES XAVIER FLANDOLI

PSICÓLOGA.

DOUTORA EM EDUCAÇÃO E PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL – (UFMS).

E-MAIL: BEATRIZ.FLANDOLI@UFMS.BR.

MIGUEL BARTHIMAN DOS SANTOS

PEDAGOGO.

SERVIDOR PENITENCIÁRIO.

MEMBRO DO OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA E SISTEMA PRISIONAL (CPET/
UFMS).

E-MAIL: MBARTHIMANN@GMAIL.COM.

PRISON SENTENCE REMISSION THROUGH READING: REPORT OF AN EXPERIENCE IN MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL

Abstract

Encouraging incarcerated individuals to read literary books is the aim of *Remission through Reading: Education for Freedom*, an extended education project implemented in Corumbá and Campo Grande counties, Mato Grosso do Sul (MS), Brazil, partnering the Observatory of Violence and Penitentiary System (Group for Research on Culture, Psychology, Education, and Work, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) and the MS Penitentiary Administration Agency. Workshops, held every two weeks, entail a reading circle (for book interpretation, theme identification, reflection on narrative) and subsequent assistance to write a review and choose further books. For every approved review, evaluated for content (including reflective effort), presentation (readability, acceptable erasures), and authenticity (absence of plagiarism), sentences can be shortened by four days (max. 12 books annually).

KEYWORDS: Literary review writing. Prison sentence remission through reading. Freedom-deprived persons.

REFERÊNCIAS

AGEPEN-MS – AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO. **Informações penitenciárias ano 2019:**

números gerais. 2019. Disponível em: <<http://www.agepen.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/MAPA-AGOSTO-%C3%9ANICO-FECH-31-08-2019..pdf>>. Acesso em: 26 set. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação 44, de 26 de novembro de 2013. **Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura.** Diário de Justiça Eletrônico, Conselho Nacional de Justiça, n. 224, p. 2, 27 nov. 2013. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1907>>. Acesso em 27 nov. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1997.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: Mato Grosso do Sul: Corumbá. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>>. Acesso em: 28 set. 2018.

JOSÉ, G. de O.; TORRES, E.N; FLANDOLI, B.R.G.X. **Observatório da violência e sistema prisional:** relatos de uma trajetória. In: TORRES, E.N.; JOSÉ, G.M. (Orgs.). **Prisões, violência e sociedade: debates contemporâneos.** São Paulo: Paco, 2017. p. 15-34.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.